

## MORAL E CÍVICA THELÊMICAS<sup>i</sup>

*por Marcelo Ramos Motta*

Os padrões thelêmicos de moral e cívica estão claramente expostos em Liber OZ<sup>1</sup>; mas sua aplicação prática na sociedade brasileira merece algumas palavras extras.

Este é um país que foi colonizado por católicos romanos e padres jesuítas: o material humano que compôs os primeiros habitantes da raça branca era em sua maioria uma massa de indesejados e indesejáveis. A principal diferença entre a colonização da América do Norte e da América Latina foi que para a América do Norte emigraram, de livre e espontânea vontade, cidadãos cuja fé religiosa os pusera em conflito com a ordem estabelecida na Inglaterra. Para a América Latina emigraram, em sua maioria, condenados a penas forçadas na Espanha ou em Portugal, que optaram (tendo-lhes sido outorgada tal oportunidade) pelo degredo.

A maioria dos imigrantes norte-americanos buscava no Novo Mundo a liberdade de expressão que lhes era negada na metrópole; a maioria dos emigrantes sul-americanos veio para o Novo Mundo contra a sua vontade; para escapar de um castigo. Como se isto não bastasse, a maioria dos imigrantes norte-americanos era protestante, isto é, embora crististas, consideravam que sua “salvação” ou “danação” era um assunto privado entre Deus (ou sua concepção do Cristo) e a sua alma. A maioria dos imigrantes sul-americanos era católica romana, isto é: admitia a possibilidade de intermediários — os padres — entre Deus e suas próprias almas.

Como “Deus” nada mais é do que a mais íntima identidade de cada ser humano, segue-se daí que os norte-americanos estavam cômnicos e orgulhosos de sua existência como estrelas, enquanto os sul-americanos se encaravam como simples planetas.

A consequência da atitude psíquica diferente entre os primeiros habitantes brancos do Novo Mundo é evidente a olho nu na discrepância entre o progresso norte-americano e o subdesenvolvimento da América Latina. Note-se que há uma diferença de apenas oito anos entre a descoberta da América e a “descoberta”<sup>2</sup> do Brasil, insuficiente para explicar cinquenta anos de atraso em progresso tecnológico e duzentos anos de atraso em moral e cívica.

A esse material humano branco indesejável foi acrescentada uma quantidade de membros da raça negra vendidos como escravos pelos seus próprios chefes tribais, ou fracos e burros o bastante para serem capturados vivos pelos negreiros. Isto quer dizer que os negros brasileiros eram de inteligência e nível cultural inferior à média africana, pois de outra forma não teriam sido vendidos ou capturados.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Nota do Editor: Liber LXXVII vel OZ, de Aleister Crowley, é a carta magna de liberdade de todos aqueles que aceitaram a Lei de Thelema.

<sup>2</sup> Os portugueses já tinham conhecimento do Brasil, mas só o “descobriram” oficialmente após investigarem o Tratado de Tordesilhas, em que o papa, com sublime pretensão, dividiu o mundo entre esses fiéis criados do Vaticano: os portugueses e os espanhóis.

<sup>3</sup> Estudos estatísticos norte-americanos indicam um desnível de dez pontos em média entre a inteligência dos grupos culturais negros nos Estados Unidos e grupos culturais brancos, mesmo onde a situação social é equivalente. Isto é apontado por racistas como evidência da “inferioridade” da raça negra com relação à raça branca. Na realidade, deve-se simplesmente ao fato de que os

A população indígena foi dizimada por doenças trazidas pelos brancos, ou trucidada pelos colonizadores porque não consentia em trabalhar como escrava. As diferenças culturais eram demasiado grandes: os crististas, tradicionalmente fanáticos e intolerantes, foram incapazes de absorver os aspectos mais construtivos da sociedade indígena.

A primeira notável diferença entre o Brasil e os outros países latino-americanos foi fruto da tolerância sexual portuguesa: o cruzamento com negros e índios foi muito mais frequente do que no resto do continente. A população brasileira atual é uma mistura das três raças humanas (a ‘vermelha’ é simplesmente um ramo da amarela), e esta mistura começa a se consolidar num tipo humano caracterizado por generosidade, espírito pacífico e capacidade para improvisação. Se este tipo não for restringido pelos recalques e complexos da ultrapassada moral do Velho Æon, pode ser que os próximos séculos vejam a florescência de uma civilização inigualável na história em matéria de criatividade, humanismo e perspectiva.

É um paradoxo que o branco português, embora hostil ideologicamente aos traços culturais do índio e do negro, fosse atraído sexualmente pelas duas raças dominadas, ao ponto de produzir o moderno brasileiro; mas o fato de que isto tenha ocorrido comprova que o cristismo, principalmente tal como interpretado pelo catolicismo romano, não é uma doutrina realmente simpática ao temperamento português. Os cultos religiosos que mais vitalidade possuem atualmente no Brasil são aqueles em que o misticismo afro-indígena utiliza a nomenclatura do catolicismo como meros símbolos, desprovidos do significado que lhes fora atribuído pelos padres romanos.

Como aproveitar essa mistura racial tão intensa para produzir uma grande nação? A vantagem da Lei de Thelema é que ela libera, não restringe: assim como a Medicina Universal pode ser aplicada à cura de qualquer doença, a Lei de Thelema pode ser adotada dentro da estrutura de qualquer sistema político e de qualquer grupo cultural; seu efeito sinérgico será sempre a vitalização e coordenação dos aspectos mais positivos da estrutura original.

Como se aplica, então, o conceito de moral e cívica thelêmicas ao momento atual da sociedade brasileira? Devemos levar em conta que, em que pese o regime de exceção sob o qual existimos, a tendência brasileira sempre tem sido para alguma forma de socialdemocracia. Falemos, pois a linguagem do sistema vigente, sem nos preocuparmos com análises ou previsões.

...

Ser cidadã ou cidadão de um país livre, principalmente um que se gaba de ser capitalista, consiste em ser a patroa ou o patrão de todos aqueles que são pagos pelo seu trabalho com o dinheiro dos impostos do país. Isto inclui todos os tipos de funcionários públicos: soldados, policiais, servidores civis. Inclui desde o mais humilde limpador de ruas até o presidente da república.

Sua atitude, portanto, para com toda essa gente — desde que estejam cumprindo suas funções empregatícias — deve ser a de um chefe ou chefe para com os assalariados.

---

componentes da população americana originais do continente negro eram inferiores em inteligência e posição social aos seus compatriotas no continente africano. O processo de seleção social imposto pelos brancos tendeu a incrementar a diferença: os negros de maior inteligência eram necessariamente menos dóceis, portanto menos desejáveis como escravos, e tendiam a ser eliminados pelos senhores. Assim, sua contribuição genética ao moderno negro americano foi mínima. Se nos Estados Unidos esta situação prevaleceu, muito mais no Brasil, onde o nível de inteligência dos senhores brancos também era menor.

É errado respeitar o presidente da república como figura de autoridade pública: é o presidente quem tem que respeitar você. No exercício de suas funções, ele é seu empregado.

O exército é seu empregado. Está contratado para defender a segurança de você, não para atacá-la.

A polícia é sua empregada. Está sendo paga para manter a sua paz de espírito e defender a sua privacidade, não para invadi-las.

Qualquer funcionário público é seu empregado. Está sendo pago com o dinheiro de você para servir escrupulosamente e de boa cara aos interesses de você.

Compreender este fato, e agir de acordo com ele, é essencial ao funcionamento de uma verdadeira democracia, principalmente uma democracia que se diz capitalista.

Não pense que vai ser fácil agir assim. Devido ao condicionamento psicológico das religiões escravas, a atitude desses empregados para com você tende a ser justamente a oposta.

Ao adotar uma atitude thelêmica, isto é, a atitude de cidadã ou cidadão de um país livre, você incorrerá no ódio e no desrespeito dos maus soldados, maus policiais, maus funcionários e maus presidentes. No entanto, você deve insistir! Não se encolerize nem se impaciente; mas insista, com tranquilidade e firmeza, em seus direitos. A Ordem auxiliará você em todos os planos em que você tem consciência e volição.

Considere que maus soldados e maus policiais são consequências, e não causas. Da mesma forma, maus presidentes. Toda nação tem sempre o governo que merece. As tendências à desonestidade e à desordem existem sempre onde as leis que regulam a vida em sociedade são más.

Quando é que uma lei é má? Primeiro, quando ofende algum aspecto fundamental da natureza humana; segundo, quando é uma lei que não pode ser posta em prática.

Como exemplo do primeiro caso, tivemos até recentemente, no Brasil, a indissolubilidade dos laços matrimoniais. O Brasil não tinha divórcio porque uma minoria católica romana arcaica endinheirada insistia em definir a moral social em termos dos seus preconceitos crististas. Entretanto, o que impedia os católicos de permanecerem casados com alguém que não mais amavam, se assim quisessem? E por que desejavam eles que pessoas de convicções diversas fossem por lei forçadas a uma permanência matrimonial indesejada por eles?<sup>4</sup>

O resultado dessa atitude foi a propagandização forçada de um grande número de falsidades que envenenam ainda a vida emocional da sociedade brasileira e enfraquecem o caráter e a saúde dos cidadãos.

---

<sup>4</sup> Quando da última tentativa fracassada daquele respeitável brasileiro, o Senador Nelson Carneiro, de convencer seus colegas de que já era tempo da moral matrimonial do país deixar de ser subdesenvolvida, os menininhos do T.F.P. vieram às ruas do Rio angariar assinaturas contra o divórcio. Depois, um grande escarcéu nos jornais anunciou que a T.F.P. conseguira quatrocentas mil assinaturas. Alguns dos trogloditas mais ricos da sociedade carioca, naturalmente, lideravam a lista de fariseus. Mas se levamos em conta que o Rio tem, atualmente, mais de seis milhões de habitantes — sem contar os subúrbios — isto significa que uma percentagem de apenas uns oito por cento da população carioca desejava continuar restringindo o direito de amar dos seus próximos. No entanto, com aquela lógica inversa tão amada pelos crististas, a flagrante derrota da T.F.P. foi proclamada como grande "vitória" da "moral" contra — naturalmente — o "diabo" e o comunismo.

Como exemplo do segundo caso, poderíamos citar a famosa e malfadada “Lei Seca” norte-americana. Uma minoria de fanáticos ricos (da qual a maioria, como de costume, era católica romana) conseguiu impor no Senado norte-americano a incrível ideia de que os cidadãos deveriam ser proibidos, por lei, de beberem o que quisessem. O resultado desta lei foi a desmoralização e corrupção da polícia e o fortalecimento dos sindicatos do crime, os quais até hoje formam um dos maiores poderes ocultos da nação irmã, apoiados agora nas leis contra o comércio de “drogas”, isto é, substâncias psicotrópicas que não o álcool.

Note-se que Liber Oz declara integralmente os direitos do ser humano. Qualquer lei de qualquer nação que entre em conflito com um desses direitos básicos é uma lei prejudicial e malsã. Tentativas de aplicá-la redundam sempre em desmoralização da polícia e opressão aos cidadãos.

O MESTRE THERION<sup>5</sup> disse, em certa ocasião, que seres humanos livres confrontados com uma lei injusta têm apenas duas alternativas a seu dispor: insurreição ou emigração. Há, no entanto, uma terceira alternativa: a de mudar a lei. Os perigos da insurreição consistem em que as mudanças fundamentais no comportamento da massa social têm que ser lentas: é necessário impregnar camada por camada da mente coletiva. As revoluções são sempre seguidas de abusos e até de desatinos.<sup>6</sup>

Uma coisa que toda cidadã e todo cidadão de um país livre necessita acima de tudo compreender é que ela ou ele é a dona ou dono do país. Presidentes, funcionários públicos, policiais (toda essa gente, aliás, pode ser englobada sob a definição de funcionários públicos, e portanto, como já dissemos, empregados dos cidadãos) ou quaisquer outras “autoridades” — não são, realmente, autoridades. A autoridade em seu conjunto são os cidadãos, de quem toda essa gente não é mais do que os representantes; e frequentemente maus representantes.

Os cidadãos não têm nenhuma obrigação para com o país; é o país que tem obrigação para com os cidadãos.<sup>7</sup> Portanto, se as leis do país infringem as legítimas liberdades dos cidadãos, tal como estas são expressadas em Liber OZ são as leis que devem ser mudadas, e não os cidadãos que devem ser punidos!

Cada cidadã ou cidadão deve se considerar, a qualquer momento, como a mentora ou mentor da nação. Não é o governo que tem o direito de se sentir paternal — ou maternal — para com os cidadãos de um país: são os cidadãos que têm o direito de se sentirem donas e donos, patroas e patrões do governo.

---

<sup>5</sup> Nota do Editor: Aleister Crowley.

<sup>6</sup> Pouco antes de 1964 e.v. estávamos conversando com um jornalista de esquerda (festiva), o qual, ao ver um exemplar da revista Playboy em nossas mãos, disse que aquela revista devia ser proibida. Nós replicamos: "O senhor mora num país livre. O senhor pode ir ali à esquina e comprar O Globo ou Novos Rumos. O senhor não tem a mínima concepção das suas vantagens." Alguns meses depois, tentando aumentá-las, ele as perdeu. Mas o pior é que no processo os novos mentores da minha leitura não só me privaram da possibilidade de ler Novos Rumos — que nunca me fizera falta — como também procuraram me impedir de ler Playboy, que era, então como agora, uma das revistas mais conscientizadas do mundo. (Refiro-me, claro, ao Playboy americano. A versão brasileira é mais xôxa que vinho de missa cristista.) Quando governos se arrogam o direito de restringir, mesmo com os mais louváveis intuítos, a atividade intelectual ou estética dos seus mandantes, isto é, os cidadãos que lhes pagam o salário, um país deixa de ser livre dentro de qualquer definição civilizada da palavra.

<sup>7</sup> Nota do Editor: não é correto dizer que os cidadãos não tem nenhuma obrigação para o país, pois se o cidadão elegeu seus representantes, ele tem responsabilidade por suas decisões e se ele é “patrão” do funcionalismo público, no mínimo, ele tem a **obrigação** de pagar os salários desses que estão sob ele, mesmo que seja na forma de impostos. Este ponto merece muito mais atenção e análise antes de se chegar a uma conclusão coerente sobre os reais direitos e responsabilidades dos Cidadãos e do Estado.

Notemos, por exemplo, o funcionamento da polícia: ela frequentemente mata cidadãos, sob o pretexto de que se trata de marginais e malfeitores. Mas enquanto não é provado, perante um tribunal de lei legitimamente constituído com o consentimento dos cidadãos, que algum ou alguma dentre eles infringiu os direitos fundamentais do ser humano, qual definidos em *Liber OZ*, perdendo portanto o fundamental privilégio de gozar desses mesmos direitos, enquanto isto não acontece, aquela cidadã ou aquele cidadão continua sendo um dos donos da nação, e o policial que ergue a mão contra ela ou ele é culpado de insurreição.<sup>8</sup>

A cidadã ou o cidadão normal tem absoluto direito, se assim quiser, de matar um ladrão ou um assassino. Mas o policial não é um cidadão normal: em virtude de sua peculiar posição como empregado do conjunto dos cidadãos, ele deve considerar a vida de qualquer pessoa como sagrada enquanto essa pessoa não tiver sido despida de seus direitos por um tribunal de seus concidadãos: e deve sacrificar sua própria vida, se necessário for, para preservar a vida mesmo de um suspeito enquanto esse suspeito não tiver sido condenado pela sociedade de que faz parte, e da qual o policial é apenas um representante por contrato de salário. Em se tratando dos seus concidadãos, portanto, o dever do policial — ou do soldado — no exercício de suas funções empregatícias é morrer, se for preciso; matar, nunca.<sup>9</sup>

O policial ou o militar — ou qualquer outro funcionário público — está duplamente obrigado para com o cidadão comum, por mais pobre ou mais baixo em “status” que este seja; primeiro, porque se trata de um seu concidadão; e segundo, porque se trata de um seu patrão.

Na concepção de moral e cívica thelêmica, portanto, é absolutamente necessário que os cidadãos parem de se deixar impressionar ou intimidar por políticos, militares, funcionários, policiais, ou outros representantes da “autoridade”. Não somos nós quem tem obrigação de respeitar toda essa gente: é essa gente, nossa empregada, quem tem obrigação de nos respeitar.<sup>10</sup>

No que concerne à participação dos cidadãos, com risco de sua vida, em atividades decretadas pelo governo — como, por exemplo, nas guerras — deve ser claramente compreendido que o cidadão civil não tem qualquer obrigação de se deixar matar pela “pátria” — esse conceito emocional antiquado com o qual os governantes têm, através dos tempos, abusado da boa fé e da confiança de seus patrões, isto é, dos “governados”. Os juramentos de fidelidade cega à bandeira, ou a qualquer comunidade, são imorais. Todo

---

<sup>8</sup> É notória no Brasil a atividade de assim-chamados “esquadrões da morte”, de que fazem parte policiais: tais grupos executam “marginais” e “bandidos” sem benefício de processo legal. Mesmo que os executados fossem realmente culpados — o que é duvidoso — os componentes dos “esquadrões” são mais culpados ainda do que eles, pois além de serem assassinos, cometem seus crimes em desafio das leis que eles têm obrigação, por contrato empregatício, de defender até à custa de suas próprias vidas.

<sup>9</sup> Esta declaração não é utópica como parece. Já existem — e mais existiriam, se a pesquisa fosse incentivada — muitos meios de dominar um agressor sem matá-lo ou inutilizá-lo permanentemente: pistolas de choque elétrico, jorros de substâncias químicas inibidoras, etc. Balas e dardos especiais, possuindo propriedades narcóticas, são utilizados para dominar animais ferozes de grande porte, imobilizando-os temporariamente para que possam ser capturados ou dominados; que poderia haver de mais natural que utilizar os mesmos processos na contenção da violência humana? O único motivo por que este pensamento ainda não se tornou norma em organismos policiais do mundo inteiro é que os policiais ainda estão imbuídos na falsa moral dos deuses-dos-escravos, e tendem a considerar sua própria existência ou bem-estar mais importantes que aqueles dos seus empregadores: os cidadãos da nação em que os organismos policiais existem.

<sup>10</sup> É sabido por muitos que a polícia britânica não anda armada, mas poucos sabem por que. No século passado, um policial britânico foi morto a tiros por um cidadão. Este foi a processo e defendeu-se alegando que o policial lhe faltara com o respeito. O cidadão foi absolvido por um júri de seus pares, e desde então a polícia britânica deixou de usar armas e primou pela cortesia com o público. Diga-se de passagem que não há crime organizado na Inglaterra na escala encontrada em outros países onde a polícia anda armada — e menos inocentes morrem de tiros dados a esmo pela polícia.

ser humano tem, a cada passo e a cada momento, o direito de decisão sobre o seu mais precioso bem, que é a sua própria vida. O soldado assalariado tem a obrigação de lutar, ou deixar o emprego se não ousar lutar. Mas o cidadão comum não tem qualquer obrigação de se tornar soldado a não ser que aprove, em sua consciência, os atos de hostilidade propostos pelo seu governo contra outros seres humanos. Nem tem qualquer governo o direito de aplicar punições contra aqueles cidadãos que se recusam, quer por motivos de consciência, quer por simples covardia, a lutar em uma guerra. Repetimos uma vez mais, e repetiremos até que esta concepção penetre na cabeça de nosso próximo: nenhum governo tem o direito de mandar nos cidadãos a não ser na medida em que os cidadãos estabeleçam as regras pelas quais desejam que os governos — os simples empregados seus — administrem a logística necessária ao bom funcionamento ecológico da coletividade da qual são, pura e simplesmente, os zeladores.

Por este motivo, é necessário proibir que organismos governamentais falsifiquem a história nacional para perverter, através de métodos de propaganda, o equilíbrio emocional de seus padrões presentes — os cidadãos — e dos seus padrões futuros — as filhas e filhos dos cidadãos. A “pátria” não deve jamais ser apresentada como uma abstração filosófica ou ética, e sim como a realidade socioeconômica que é, com raízes num passado invariavelmente escabroso — não fossem todas as nações da terra oriundas do velho *Æon* de Osíris! Consideraríamos a maior tolice da parte do paciente de um psicanalista que ele tentasse se enganar a si próprio quanto à origem dos seus recalques e complexos: sabemos, aliás, que a função do psicanalista é precisamente impedir que seu cliente minta a si próprio sobre as suas motivações. No entanto permitimos que, no estudo da “história pátria”, os letrados que nos engambelam varram o lixo de que somos feitos para debaixo do tapete dos nossos preconceitos, como empregadas desmazeladas ao arrumarem a casa! Como poderemos estar cientes de nossas legítimas aspirações nacionais se não tivermos uma noção ampla e objetiva das raízes da nossa cultura, por mais escusas que essas sejam? Envergonhamo-nos do passado? Essa é a sina de todo ser humano que aspira ao progresso e à evolução moral e cívica, e não é escondendo de nós mesmos as nossas mazelas históricas que nos impediremos de repeti-las!

Portanto, devemos repudiar com a maior indignação quaisquer tentativas de nos apresentarem a nossa história pátria “expurgada” de crimes, desvarios ou falsas ambições: devemos exigir que nossas filhas e nossos filhos aprendam os erros dos seus ancestrais, e os motivos desses erros. Como bem disse um sábio, aqueles que não se lembram claramente dos erros do passado estão condenados a repetir esses erros no futuro.

Antes de terminarmos este breve tratado, devemos mencionar o assunto da punição de crimes contra a nação. Quando um cidadão mata outro, isto é um assunto particular entre dois indivíduos<sup>11</sup>, que só merece a atenção da comunidade em termos de profilaxia ou compensação econômica. Colocar um assassino na cadeia é um duplo desperdício: o assassino já subtraiu um cidadão do esforço comunitário; como se isto não

---

<sup>11</sup> *Nota do Editor:* Acredito que aqui vale lembrar AL II:58: “*Sim! Não creiam na mudança; vós sereis como sois & não outro. Os reis da terra serão reis para sempre: os escravos servirão. Não há ninguém a ser rebaixado ou elevado: tudo é sempre como foi. Ainda assim há mascarados que são meus servidores: pode ser que aquele mendigo ali seja um Rei. Um Rei pode escolher as suas vestes como ele quiser: não há teste exato: porém um mendigo não consegue esconder a sua pobreza.*”, com ênfase para “*tudo será como sempre foi*”. Não há porquê eliminar a democracia e eu acredito não ser inteligente querer eliminar os três poderes, por exemplo. É extremamente importante que o Estado haja com mais energia e responsabilidade no que tange a criminalidade e que se entenda que interferir na vida de outrem é tão crime quanto qualquer outro e que é função do estado garantir a máxima liberdade de cada indivíduo que seja responsável e que esteja em dia com suas obrigações legais. Não adianta culpar o estado por todos os problemas da sociedade, a sociedade em si, também tem em suas mãos a responsabilidade provocar as mudanças necessárias para aprimorar o seu próprio ambiente. Afinal, é esta a base do Novo *Æon*, cada indivíduo é consciente de sua responsabilidade para consigo, para com o próximo, para com a humanidade e para com o meio.

bastasse, a comunidade subtrai outro cidadão (o assassino) deste esforço, e paga a sua manutenção com o tesouro público, desta forma onerando a todos por causa do erro de um. Assassinos deveriam ser forçados a trabalhar mais, não serem subtraídos do trabalho; e deveriam ser responsabilizados pelos dependentes daqueles por eles eliminados da corrente social. Caso sejam incapazes de assim fazer, deveriam ser conservados sob observação, porém em atividade; e caso reincidissem em seu crime, assim onerando ainda mais o bem estar comum, deveriam então ser eliminados permanentemente, como perturbadores que são da ordem pública.

Mas o assassino, como já dissemos, causa dano a um indivíduo, não à nação; o empregado público, porém, que aceita suborno ou subtrai dinheiro do erário, está causando dano à comunidade inteira. O político desonesto ou o funcionário público corrupto são muito mais prejudiciais à “pátria” do que um assaltante, um assassino, ou um gatuno. É devido à venalidade de tais empregados desonestos que viadutos ruem dias após serem inaugurados, matando centenas de empregadores; edifícios começam a cair aos pedaços com apenas seis meses de uso; florestas e rios são dizimados pela cobiça cega de interesses escusos, causando incalculáveis prejuízos à ecologia do futuro; e — por último, mas o mais importante! — a atitude de que o governo é patrão do povo, em vez de precisamente ao contrário, é encorajada e mantida através dos séculos.

Quando um rei persa tencionou invadir a Grécia, ele mandou seus engenheiros construírem uma ponte, a qual ruiu com a primeira tempestade. O rei mandou executar os engenheiros; a ponte construída pela leva seguinte resistiu à passagem de todo o seu exército. Aqueles que se lembram dos acertos do passado estão capacitados para repetirem esses acertos, tanto no presente quanto no futuro.

## ***INFORMAÇÕES EDITORIAIS***

Título:	Moral e Cívica Thelêmicas
Autor:	Marcelo Ramos Motta
Publicado em:	1987 e.v.
Origem:	Espaço Novo Æon ( <a href="http://www.thelema.com.br/espaco-novo-aeon">www.thelema.com.br/espaco-novo-aeon</a> )
Edição:	Jonatas M. S. Lacerda ( <a href="mailto:jonatas.lacerda@thelema.com.br">jonatas.lacerda@thelema.com.br</a> )
Versão:	1.0 – 02/04/2011 e.v.

---

<sup>i</sup> Marcelo Ramos Motta escreveu este ensaio no ano de 1987 e.v. e portanto algumas questões que ele aborda faziam parte da realidade daquela época.